existência de infraestrutura e de demanda para utilização, na forma do art. 5º desta Lei;

II – disposições requeridas pelos arts. 25, 28, 29, 32 e 35 desta Lei;

III – diretrizes para o sistema de drenagem urbana, incluindo limite máximo de impermeabilização dos terrenos conforme cada área da cidade;

IV – diretrizes para o sistema de áreas verdes urbanas;

V – diretrizes para a regularização fundiária de assentamentos urbanos irregulares, se houver, observada a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e demais normas federais e estaduais pertinentes;

VI – diretrizes para planos de contingência em relação às áreas de risco de enchentes, deslizamentos de terra ou eventos similares, sem prejuízo das disposições estabelecidas pelos órgãos que integram o Sistema Nacional de Defesa Civil, na forma da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010;

VII – normas para operacionalização de suas disposições, bem como sistema de acompanhamento e controle.

Parágrafo único. O conteúdo do plano diretor deverá ser compatível com as disposições insertas nos planos de recursos hídricos, formulados consoante a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. (NR)

Art. 3º O art. 19 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

Art. 19.

.....

§ 9º Nas localidades caracterizadas como de especial risco de enchentes, deslizamentos de terra ou eventos similares pelos órgãos que integram, na forma da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, o Sistema Nacional de Defesa Civil, exigir-se-á a elaboração de plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, assegurada a compatibilidade com o plano diretor requerido pelo art. 182, § 1º, da Constituição Federal. (NR)

Art. 4º O art. 2º da Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

Art. 2º

.....

§ 3º A União atuará supletivamente no mapeamento das áreas de risco, apoiando os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações previstas no § 1º. (NR)

Art. 5º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e vinte dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei traz ajustes em três importantes diplomas legais – o Estatuto da Cidade, a Lei do Saneamento Básico e a Lei do Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec) –, com o objetivo básico de estabelecer medidas preventivas de desastres relacionados a enchentes, deslizamentos de terra e eventos similares.

Praticamente todo ano, surpreendemo-nos com ocorrências cada vez mais graves nesse sentido. Os seríssimos

problemas que aconteceram na região serrana do Estado do Rio de Janeiro no início de 2011 são exemplo cruel da dimensão e complexidade dos danos materiais e imateriais que se associam a esses desastres, mas não constituem de forma alguma caso único. Na época das chuvas, nossas maiores cidades, verdadeiros campos impermeabilizados e alvo da especulação imobiliária desenfreada, são permanentemente abaladas por enchentes que, infelizmente, já se encontram integradas ao dia a dia de parte da população. Os deslizamentos de terra que afetam principalmente comunidades carentes são também recorrentes. Os cuidados urbanísticos não costumam chegar aos mais pobres.

Como primeira linha de ajustes, propõe-se que o plano diretor de desenvolvimento urbano passe expressamente a incorporar tópicos como o sistema de drenagem urbana, o sistema de áreas verdes urbanas e diretrizes para a regularização fundiária e os planos de contingência em áreas de risco. O plano diretor necessita ir além de uma perspectiva urbanística em senso estrito. Deve integrar a questão urbana, a proteção ambiental e a tutela social. Como verdadeiro plano digno desse nome, compete a ele assegurar planejamento, antevisão, prevenção, muito mais do que reparação. Somente dessa maneira é que o plano diretor poderá ser verdadeiramente alçado a instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, consoante preceitua o art. 182, § 1º, de nossa Carta Política.

Além disso, o projeto de lei exige plano específico para a drenagem e manejo das águas pluviais urbanas nos casos de localidades caracterizadas, pelos órgãos da defesa civil, como de especial risco de enchentes, deslizamentos de terra ou eventos similares. Como regra, a Lei do Saneamento Básico prevê planos unificados, abarcando abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Em situações de risco caracterizado, considera-se que esse plano único não é suficiente.

Por fim, apresenta-se aperfeiçoamento na Lei do Sindec explicitando que o mapeamento das áreas de risco não constitui tarefa apenas de Estados, Distrito Federal e Municípios. A atuação

supletiva da União é requerida até mesmo porque pode haver situações de inação dos entes federados que tragam prejuízos potenciais graves à população.

Avalia-se que as alterações nas leis aqui propostas, complementadas com as contribuições dos nossos ilustres Pares e das organizações governamentais e não-governamentais que participarem das discussões, terá efeitos extremamente positivos para a vida dos brasileiros. Conta-se, desde já, com envolvimento intenso de todos nos debates e na aprovação da futura lei.

Sala das Sessões, em 24 de março de 2011.

Deputado CHICO ALENCAR